



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING ELETRÔNICO**

**26/10/2010**



# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1 - 3
1.2. INSTITUCIONAL.....	4
2. JORNAL AQUI	
2.1. JÚRI.....	5
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. INSTITUCIONAL.....	6
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	7
4.2. DESEMBARGADORES.....	8 - 10
4.3. INSTITUCIONAL.....	11
4.4. JULGAMENTOS.....	12
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. JULGAMENTOS.....	13
5.2. VARA CÍVEL.....	14 - 15
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. JÚRI.....	16
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DESEMBARGADORES.....	17
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	18
8.2. DESEMBARGADORES.....	19
8.3. INSTITUCIONAL.....	20
8.4. JÚRI.....	21

## Juíza Sônia Amaral será conferencista em congresso internacional

A juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Sônia Amaral, foi convidada para proferir palestra sobre violência doméstica no "Legal Forum", evento sobre a Justiça realizado pelo Banco Mundial. A apresentação acontecerá no dia 11 de novembro, na sede do Banco, em Washington, capital dos Estados Unidos.

No evento, a juíza proferirá palestra sobre a experiência brasileira da Lei Maria da Penha. Ao falar sobre a violência doméstica, Sônia Amaral vai abordar como era, como está e quais os avanços no cenário brasileiro no tocante ao combate a esse tipo de violência.

Em relação ao cenário maranhense, Sônia Amaral disse que as duas varas especializadas na violência doméstica têm cumprido seu papel e destacou o excelente trabalho realizado pelos juízes Nelson Melo e Sara Fernanda.

Sônia Amaral afirmou que o contexto maranhense segue a tendência nacional. "Apesar do aumento no número de denúncias, o medo ainda é o principal fator inibidor das vítimas de violência doméstica", afirmou a juíza, citando pesquisa realizada no ano de

2007, patrocinada pelo Senado Federal.

O Fórum será realizado de 08 a 11 de novembro e está voltado para estudantes americanos de direito e técnicos do Banco Mundial.

**EXPERIÊNCIA** - Sônia Amaral desenvolve estudos sobre a violência doméstica e em 2004, tornou-se mestra em políticas públicas pela Universidade Federal do Maranhão, abordando o tema "Violência Doméstica contra a mulher - análise da Casa Abrigo de São Luís". A juíza também já participou de outros eventos a convite do Banco Mundial. Em 2001 e 2004 esteve em Cabo Verde.

No congresso realizado no continente africano no ano de 2001, voltado para mulheres da carreira jurídica, a juíza falou sobre a temática violência doméstica. No segundo momento, em 2004, realizou um workshop para magistrados locais sobre o instituto dos Juizados Especiais.

Como reconhecimento de seu trabalho, Sônia Amaral recebeu, em 2009, o prêmio Bertha Lutz, que foi instituído pelo Senado como forma de homenagear mulheres que tenham prestado relevantes

serviços na defesa dos direitos femininos e em questões de gênero.

Atualmente, é juíza auxiliar da presidência, coordena o Núcleo de Planejamento Estratégico do Judiciário e preside a cooperativa de crédito dos magistrados. É professora da Escola Superior da Magistratura e da Faculdade Santa Teresinha (CEST), licenciada. Proferiu diversas palestras, tendo como temas principais a violência doméstica e os juizados especiais.

Na magistratura desde 1989, a juíza sempre teve atuação destacada. Foi, por três oportunidades, juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e, por duas vezes, coordenadora dos Juizados Especiais, além de coordenadora da Casa Abrigo, cuja idealização e projeto foi de sua autoria. Atuou, também, como juíza eleitoral e foi diretora do Fórum Eleitoral da Comarca de São Luís.

Nas entidades de classe, foi presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

MENÇÃO HONROSA

## **Desembargador Froz Sobrinho será homenageado pelo Sinduscon**



# Desembargador Froz Sobrinho será homenageado pelo Sinduscon

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Froz Sobrinho, receberá menção honrosa do Sindicato da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA) por sua contribuição política institucional ao setor da construção civil.

A homenagem será feita durante o "Prêmio Master da Construção Civil 2010", promovido pelo sindicato, a ser realizado no dia 26 de novembro, durante o Salão Imobiliário do Maranhão, que acontecerá no Multicenter Sebrae.

Segundo o presidente do

Sinduscon-MA, João Alberto Mota, o desembargador será homenageado pelo trabalho desempenhado na coordenação do Programa "Começar de Novo" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao proporcionar a inserção de pessoas no mercado de trabalho, principalmente no ramo da construção civil.

"É o reconhecimento do brilhante trabalho feito à frente do programa, que tem suas ações voltadas à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para a necessidade

de recolocação (na sociedade) dos presos libertados após o cumprimento de penas", explicou o presidente do sindicato ao informar a homenagem ao desembargador.

Premiação - o evento tem como objetivo reconhecer e estimular a excelência empresarial e profissional de toda a cadeia produtiva da construção civil no Maranhão, premiando o desempenho das empresas e dos profissionais que mais se destacaram no decorrer do ano.



► Desembargador Froz Sobrinho homenageado

## Corregedoria e OAB discutem pagamento de custas via Internet

O corregedor geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, recebeu em seu gabinete, parte da diretoria da seccional da OAB/MA, sob a liderança do presidente Mário Macieira, para discutir proposição da Orde, quanto à revogação de uma circular enviada pela CCJ, através do Fundo Especial de Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), aos secretários judiciais, para que não recebam pagamento de custas judiciais via Internet.

De acordo com a OAB, a medida adotada pela Corregedoria estaria provocando transtornos aos advogados e as partes, uma vez que eles teriam que comparecer a agências bancárias para autenticação de boletos de custas de preparo e das

custas iniciais, submetendo-se a enormes filas.

Argumentaram ainda os dirigentes da OAB que os advogados, quando fazem pagamentos pela Internet, nos boletos emitidos via site do TJ, ou obtidos na Contadoria do Fórum, não estão conseguindo protocolar suas petições iniciais e seus recursos, já que não estariam sendo recebidos pelo Cartório de Distribuição.

Em resposta, o desembargador Guerreiro Júnior e a diretora do FERJ, Celerita Dinorah Soares de Carvalho destacaram que a Circular da CCJ refere-se apenas aos pagamentos efetuados pela Internet, não recusando pagamento feito pelos caixas de auto-atendimento, bancos postais ou casas lotéricas.

De acordo com Guer-

reiro Júnior, a medida foi originada em decorrência da haver sido detectado um elevado índice de pagamento fraudulentos via Internet. "Nosso objetivo foi o de acabar com o desvio de recursos por essa modalidade, mas a Assessoria de Informática já está atarefada para estabelecer a implantação de uma ferramenta inovadora, a ser instalada no site do TJ, que irá equacionar esse problema de uma vez por todas", salientou.

Além do presidente Mário Macieira, estiveram com o desembargador Guerreiro Júnior, a vice-presidente da Ordem, Valéria Lauande, o tesoureiro Valdênio Nogueira, Rodrigo Maia, diretor da Comissão de Exame e Carlos Couto, secretário geral.

Reprodução



► Guerreiro Júnior e representantes da OAB discutem pagamento de custas via Internet

## ▶ RIBAMAR

## Júri Popular condena autor de morte por golpes de facão

Júri promovido pela 1ª vara de São José de Ribamar, na última sexta-feira, 22, no Salão de Júris da comarca e presidido pelo titular da Vara, juiz Márcio Castro Brandão, condenou a 19 anos e seis meses de reclusão Renato Santos Leite, paulista, 27 anos, vigilante, pelo homicídio de Wenderson Castro de Maria, 23 anos, pedreiro.

O crime ocorreu no dia 18 de setembro de 2009, no povoado Jaguarema, no município, quando o réu dilacerou a vítima com vários golpes de facão no corpo inteiro, causando-lhe a

morte.

De acordo com o processo, o motivo teria sido uma discussão travada entre Renato e Wenderson decorrente do fato desse último ter abaixado a roupa para a esposa do réu.

Os jurados reconheceram o emprego de meio cruel no crime. O defensor público, Cícero Sampaio de Lacerda alegou as causas do homicídio decorrente de violenta emoção, após injusta provocação da vítima ou por motivo de relevante valor social apelou da decisão, questionando a dosimetria da pena.

## Corregedoria e OAB discutem pagamento de custas via Internet

O corregedor geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, recebeu na última sexta-feira, 22, em seu gabinete, parte da diretoria da seccional da OAB/MA, sob a liderança do presidente Mário Macieira, para discutir proposição da Orde, quanto à revogação de uma circular enviada pela CCJ, através do Fundo Especial de Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), aos secretários judiciais, para que não recebam pagamento de custas judiciais via Internet.

De acordo com a OAB, a medida adotada pela Corregedoria estaria provocando transtornos aos advogados e as partes, uma vez que eles teriam que comparecer a agências bancárias para autenticação de boletos de custas de preparo e das custas iniciais, submetendo-se a enormes filas.

Argumentaram ainda os dirigentes da OAB que os advogados, quando fazem pagamentos pela Internet, nos boletos emitidos via site do TJ, ou obtidos na Contadoria do Fórum, não estão conseguindo protocolar suas petições iniciais e seus recursos, já que não estariam sendo recebidos

pelo Cartório de Distribuição.

Em resposta, o desembargador Guerreiro Júnior e a diretora do FERJ, Celerita Dinorah Soares de Carvalho destacaram que a Circular da CCJ refere-se apenas aos pagamentos efetuados pela Internet, não recusando pagamento feito pelos caixas de auto-atendimento, bancos postais ou casas lotéricas.

De acordo com Guerreiro Júnior, a medida foi originada em decorrência da haver sido detectado um elevado índice de pagamento fraudulentos via Internet. "Nosso objetivo foi o de acabar com o desvio de recursos por essa modalidade, mas a Assessoria de Informática já está atarefada para estabelecer a implantação de uma ferramenta inovadora, a ser instalada no site do TJ, que irá equacionar esse problema de uma vez por todas", salientou.

Além do presidente Mário Macieira, estiveram com o desembargador Guerreiro Júnior, a vice-presidente da Ordem, Valaria Lauande, o tesoureiro Valdênio Nogueira, Rodrigo Maia, diretor da Comissão de Exame e Carlos Couto, secretário geral.



## GERVÁSIO SANTOS

O deputado estadual Rubens Pereira Júnior (PCdoB) destacou ontem, em discurso na Assembleia Legislativa a candidatura do juiz maranhense Gervásio Protásio dos Santos Júnior à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Segundo o parlamentar do PCdoB, Gervásio Santos Júnior é um dos nossos bons juízes que incorporam o sentimento de vanguarda e de luta que pontua no seio da magistratura maranhense e brasileira.

"Tenho absoluta certeza que a sua candidatura na AMB é fruto de um projeto plural e coletivo que representa os anseios de toda a magistratura brasileira", disse Rubens Júnior. O magistrado está licenciado da presidência da Associação de Magistrados do Maranhão (AMMA).

Rubens Pereira Júnior afirmou ainda que os dois mandatos de Gervásio Júnior frente à AMMA asseguraram a ele uma significativa atuação no movimento associativo nacional e institucional da magistratura.



## LIDERANÇA

"Gervásio tem liderança, fundada na experiência, nas suas qualidades intelectuais e de administrador competente e comprometido com a democracia participativa. Tenho a absoluta certeza que são qualidades que o credenciam para o desafio de presidir a AMB", assegurou o parlamentar.

Segundo Rubens Pereira Júnior, a linha de atuação de uma gestão de Gervásio Santos na AMB será pautada na democracia interna e na conquista de espaços, para que a voz da magistratura seja ouvida e respeitada.

"Ele fará uma gestão de compromisso inarredável em defesa da independência do Poder Judiciário e a valorização de todos os magistrados, indistintamente. Torço para que Gervásio Júnior vença as eleições da AMB para ajudar a consolidar uma magistratura forte, independente, democrática e vitoriosa", concluiu Rubens Júnior.

# Desembargador será homenageado

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Froz Sobrinho, receberá menção honrosa do Sindicato da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA) por sua contribuição política institucional ao setor da construção civil.

A homenagem será feita durante o "Prêmio Master da Construção Civil 2010", promovido pelo sindicato, a ser realizado no dia 26 de novembro, durante o Salão Imobiliário do Maranhão, que acontecerá no Multicenter Sebrae.

Segundo o presidente do Sinduscon-MA, João Alberto Mota, o desembargador será

homenageado pelo trabalho desempenhado na coordenação do Programa "Começar de Novo" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao proporcionar a inserção de pessoas no mercado de trabalho, principalmente no ramo da construção civil.

"É o reconhecimento do brilhante trabalho feito à frente do programa, que tem suas ações voltadas à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para a necessidade de recolocação (na sociedade) dos presos libertados após o cumprimento de penas", explicou o presidente do sindicato ao informar a homenagem ao de-

sembargador.

Premiação - o evento tem como objetivo reconhecer e estimular a excelência empresarial e profissional de toda a cadeia produtiva da construção civil no Maranhão, premiando o desempenho das empresas e dos profissionais que mais se destacaram no decorrer do ano.



O desembargador Froz Sobrinho

05

**GERAL**

## **Juíza Sônia Amaral será conferencista em congresso**

A juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Sônia Amaral, foi convidada para proferir palestra sobre violência doméstica no "Legal Forum", evento sobre a Justiça realizado pelo Banco Mundial.



## Juíza Sônia Amaral será conferencista em congresso

A juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Sônia Amaral, foi convidada para proferir palestra sobre violência doméstica no "Legal Forum", evento sobre a Justiça realizado pelo Banco Mundial. A apresentação acontecerá no dia 11 de novembro, na sede do Banco, em Washington, capital dos Estados Unidos.

No evento, a juíza proferirá palestra sobre a experiência brasileira da Lei Maria da Penha. Ao falar sobre a violência doméstica, Sônia Amaral vai abordar como era, como está e quais os avanços no cenário brasileiro no tocante ao combate a esse tipo de violência.

Em relação ao cenário maranhense, Sônia Amaral disse que as duas varas especializadas na violência doméstica têm cumprido seu papel e destacou o excelente trabalho realizado pelos juízes Nelson Melo e Sara Fernanda.

Sônia Amaral afirmou que o contexto maranhense segue a tendência nacional. "Apesar do aumento no número de denúncias, o medo ainda é o principal fator inibidor das vítimas de violência doméstica", afirmou a juíza, citando pesquisa realizada no ano de 2007, patrocinada pelo Senado Federal.

O Fórum será realizado de 08 a 11 de novembro e está voltado para estudantes americanos de direito e técnicos do Banco Mundial.

**EXPERIÊNCIA** - Sônia Amaral desenvolve estudos sobre a violência doméstica e em 2004, tornou-se mestra em políticas públicas pela Universidade Federal do Maranhão, abordando o tema "Violência Doméstica contra a mulher - análise da Casa Abrigo de São Luís". A juíza também já participou de outros eventos a convite do Banco Mundial. Em 2001 e 2004 esteve em Cabo Verde.

No congresso realizado no continente africano no ano de 2001, voltado para mulheres da carreira jurídica, a juíza falou sobre a temática violência doméstica. No segundo momento, em 2004, realizou um workshop para magistrados locais sobre o instituto dos Juizados Especiais.

Como reconhecimento de seu trabalho, Sônia Amaral recebeu, em 2009, o prêmio Bertha Lutz, que foi instituído pelo Senado como forma de homenagear mulheres que tenham prestado relevantes serviços na defesa dos direitos femininos e em questões de gênero.

Atualmente, é juíza auxiliar da presidência, coordena o Núcleo de Planejamento Estratégico do Judiciário e preside a cooperativa de crédito dos magistrados. É professora da Escola Superior da Magistratura e da Faculdade Santa Teresinha (CEST), licenciada. Proferiu diversas palestras, tendo como temas principais a violência domé-

stica e os juizados especiais.

Na magistratura desde 1989, a juíza sempre teve atuação destacada. Foi, por três oportunidades, juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e, por duas vezes, coordenadora dos Juizados Especiais, além de coordenadora da Casa Abrigo, cuja idealização e projeto foi de sua autoria. Atuou, também, como juíza eleitoral e foi diretora do Fórum Eleitoral da Comarca de São Luís.

Nas entidades de classe, foi presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).



A juíza fará palestra no Estados Unidos

OAB/MA

## Guerreiro Junior recebe lideranças

O corregedor geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, recebeu na última sexta-feira, 22, em seu gabinete, parte da diretoria da seccional da OAB/MA, sob a liderança do presidente Mário Macieira, para discutir proposição da Ordem, quanto à revogação de uma circular enviada pela CCJ, através do Fundo Especial de Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), aos secretários judiciais, para que não recebam pagamento de custas judiciais via Internet.

De acordo com a OAB, a medida adotada pela Corregedoria estaria provocando transtornos aos advogados e as partes, uma vez que eles teriam que comparecer a agências bancárias para autenticação de boletos de custas de preparo e das custas iniciais, submetendo-se a enormes filas.

Argumentaram ainda os

dirigentes da OAB que os advogados, quando fazem pagamentos pela Internet, nos boletos emitidos via site do TJ, ou obtidos na Contadoria do Fórum, não estão conseguindo protocolar suas petições iniciais e seus recursos, já que não estariam sendo recebidos pelo Cartório de Distribuição.

Em resposta, o desembargador Guerreiro Júnior e a diretora do FERJ, Celerita Dinorah Soares de Carvalho destacaram que a Circular da CCJ refere-se apenas

aos pagamentos efetuados pela Internet, não recusando pagamento feito pelos caixas de auto-atendimento, bancos postais ou casas lotéricas.

De acordo com Guerreiro Júnior, a medida foi originada em decorrência da haver sido detectado um elevado índice

de pagamento fraudulentos via Internet. "Nosso objetivo foi o de acabar com o desvio de recursos por essa modalidade, mas a Assessoria de Informática já está atarefada para estabelecer a implantação de uma ferramenta inovadora, a ser instalada no site do TJ, que irá equacionar esse problema de uma vez por todas", salientou.

Além do presidente Mário Macieira, estiveram com o desembargador Guerreiro

Júnior, a vice-presidente da Ordem, Valéria Lauande, o tesoureiro Valdênio Nogueira, Rodrigo Maia, diretor da Comissão de Exame e Carlos Couto, secretário geral.

## JUSTIÇA

## Corregedor reúne-se com juizes criminais

Por orientação do corregedor geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, o juiz corregedor Nilo Ribeiro Filho esteve reunido, no Fórum do Calhau, com os juizes criminais, num encontro de estudos e avaliação sobre o cumprimento da Meta 2, que tem o prazo estipulado para o próximo dia 31 de dezembro, quando todos os processos referentes aos anos de 2005 e 2006 deverão estar julgados.

Os magistrados que participaram da reunião apresentaram ao juiz Nilo Ribeiro um elenco de problemas, entre eles a falta de um corpo técnico em número adequado, estrutura deficiente e o prazo, que começa a se tornar exíguo. Eles destacam que os processos são em número muito elevado.

Várias estratégias começam a ser pensadas, a começar pelo mutirão de audiências, que pode ser uma saída. O juiz Luiz de França Belchior, que responde

pela Vara de Entorpecentes, diz que enfrenta um grande dilema, que começa a se desenhar pelo volumoso número de processos e de presos.

"É um enorme desafio, mas temos que pensar positivo. Ao longo dos anos, deram pouca importância à Justiça de primeiro grau e os problemas agora se apresentam nessa dimensão. Temos uma enorme responsabilidade, e o desembargador Guerreiro Júnior está atento, porque quer dar uma resposta sobre essas questões", afirmou Nilo Ribeiro.

Participaram da reunião com Nilo Ribeiro os juizes Ana Célia Castro (6ª Vara Criminal), Florita Campos (1ª Vara), Kátia Coelho de Sousa (auxiliar da 4ª Vara), Maria Conceição Mendonça (5ª Vara), Fernando Mendonça (8ª Vara), Ferreira Costa (3ª Vara), José dos Santos Costa (7ª Vara), Luis Carlos Dutra Santos (9ª Vara), Oriana Gomes (10ª Vara) e Luiz de França Belchior, da Vara de Entorpecentes.

# Cumprimento da Meta 2 é avaliado por corregedoria

Processos de 2005 e 2006 devem estar julgados até o dia 31 de dezembro deste ano

Por orientação do corregedor-geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, o juiz corregedor Nilo Ribeiro Filho esteve reunido ontem, no Fórum do Calhau, com os juízes criminais, num encontro de estudos e avaliação sobre o cumprimento da Meta 2, que tem o prazo estipulado para o dia 31 de dezembro, quando todos os processos referentes aos anos de 2005 e 2006 deverão estar julgados.

Os magistrados que participaram da reunião apresentaram ao juiz Nilo Ribeiro um elenco de problemas, entre eles a falta de um corpo técnico em número adequado, estrutura deficiente e o prazo, que começa a se tornar exíguo. Eles destacam que os processos são em número muito elevado.

Várias estratégias começam a ser pensadas, a começar pelo mutirão de audiências, que po-



Divulgação

Magistrados debateram em reunião a agilidade da Justiça no MA

de ser uma saída. O juiz Luiz de França Belchior, que responde pela Vara de Entorpecentes, disse que enfrenta um grande dilema, que começa a se desenhar pelo volumoso número de processos e de presos.

“É um enorme desafio, mas temos que pensar positivo. Ao longo dos anos, deram pouca importância à Justiça de primeiro grau e os problemas agora se apresentam nessa dimensão. Temos uma enorme responsabilidade e o desembargador Guerreiro Júnior es-

tá atento, porque quer dar uma resposta sobre essas questões”, afirmou Nilo Ribeiro.

Participaram da reunião com Nilo Ribeiro os juízes Ana Célia Castro (6ª Vara Criminal), Florita Campos (1ª Vara), Kátia Coelho de Sousa (auxiliar da 4ª Vara), Maria Conceição Mendonça (5ª Vara), Fernando Mendonça (8ª Vara), Ferreira Costa (3ª Vara), José dos Santos Costa (7ª Vara), Luis Carlos Dutra Santos (9ª Vara), Oriana Gomes (10ª Vara) e Luiz de França Belchior, da Vara de Entorpecentes.

# **Euromar perde recurso e sofrerá despejo do Jaracati**

## **Economia 8**



# Euromar perde prazo para recurso e vai ser despejada do Jaracati

## Empresário Carlos Gaspar obtém na Justiça direito de retomar prédio de sua propriedade e de receber R\$ 2 milhões de indenização

Agora não tem mais jeito. A Euromar terá mesmo de deixar o prédio onde ainda funciona no Jaracati. Os advogados de Alessandro Martins perderam o prazo para recorrer ao Tribunal de Justiça de um processo de despejo e a ação transitou em julgado (quando não cabem mais recursos). O despejo deve acontecer na próxima semana.

“O apelante (Euromar) obteve a carga dos autos (fls. 267) no dia 16.09.2010, iniciando-se a contagem do prazo de 15 dias para interpor o recurso de apelação no dia seguinte, 17 (sexta-feira) e encerrando-se no dia 01.10.2010 (sexta-feira). O recurso de apelação foi interposto em 04.10.2010, fora do prazo de quinze dias previsto no artigo 508 do Código de Processo Civil, e

não deve ser conhecida por faltar-lhe requisito extrínseco de admissibilidade, qual seja, a tempestividade. Por tal razão, não conheço do recurso”, diz a juíza Alice Prazeres Rodrigues, respondendo pela 9ª Vara Cível, nos autos do processo 22212/2008 no último dia 16.

**Processo** - A Áurea Empreendimentos (Auvepar), do empresário Carlos Gaspar, vem travando uma guerra na justiça contra a Euromar no sentido de retomar o prédio de sua propriedade. Além desse processo, existe outro onde a empresa comandada por Alessandro Martins já foi condenada a pagar a Gaspar cerca de R\$ 2 milhões, referentes a diferença do preço do aluguel do prédio.

Advogado da Áurea Em-

preendimentos, Bruno Duailibe comemorou ontem a decisão da juíza Alice Prazeres.

“A Justiça tarda em algumas situações, todavia em hipótese alguma falha. E assim, mesmo com dois anos de atraso, o despejo da Euromar agora não terá como deixar de ser efetivado. Isso porque a sentença que decretou a evacuação do prédio transitou em julgado, porquanto o recurso de apelação para o Tribunal de Justiça foi considerado manifestamente intempestivo.

Com esse desfecho eu renovo as minhas energias no exercício da advocacia e outro passo garanto à sociedade maranhense que aquele local jamais servirá de palco para que a Euromar escaque em cima da inteligência e boa-fé dos seus consumidores”, diz ele.

## ■ Condenado

Júri promovido pela 1ª vara de São José de Ribamar, na última sexta-feira (22), condenou a 19 anos e seis meses de reclusão o vigilante paulista Renato Santos Leite, 27 anos, pelo homicídio de Wenderson Castro de Maria, 23 anos, pedreiro. O julgamento foi realizado no Salão de Júris da comarca e presidido pelo titular da vara, juiz Márcio Castro Brandão.

## ■ Facçãozada

O crime ocorreu no dia 18 de setembro de 2009, no povoado Jaguarema, em São José de Ribamar, quando o réu dilacerou a vítima com vários golpes de facção no corpo inteiro. De acordo com o processo, o motivo teria sido uma discussão travada entre Renato e Wenderson, decorrente do fato desse último ter abaixado a roupa para a esposa do réu. Os jurados reconheceram o emprego de meio cruel no crime.

## ■ Apelação

O defensor público Cícero Sampaio de Lacerda alegou as causas de diminuição de homicídio decorrente de violenta emoção, após injusta provocação da vítima ou por motivo de relevante valor social apelou da decisão, questionando a dosimetria da pena. Não foi permitida a apelação em liberdade pela presença dos motivos que autorizaram a prisão preventiva. Atuou pela acusação o promotor Samaroni de Sousa Maia.

## ■ Homicídio

Ainda estão previstos mais dois júris no mês de novembro. No primeiro deles, no dia 5, sobe ao banco de réus José Ribamar Mendes Aguiar, acusado de homicídio qualificado. No segundo júri, marcado para o dia 19 de novembro, três acusados respondem pelo também crime de homicídio qualificado: Antonio Raimundo Santos Cruz, José Úbenes Mendes Melo e Murilo Jorge Pinheiro.



**FRANCISCO  
JÚNIOR**

JORNALISTA, É  
EDITOR DE POLÍTICA  
DE O IMPARCIAL

e-mail: fco7676@hotmail.com

## O avesso do Direito

Um dos setores abrangidos pela cobertura da editoria de Política de O IMPARCIAL é o Judiciário. Por tratar-se de um dos poderes da República, ao lado do Executivo e do Legislativo, ele é incluído na pauta desta editoria. Nas aulas do curso de Direito da UFMA, onde compartilho com colegas o cotidiano acadêmico, algumas questões levantadas terminam por relacionar-se com o trabalho da editoria onde atuo no jornal.

Nos últimos anos, no advento do Conselho Nacional de Justiça, um olhar menos reverente e mais crítico tanto da imprensa quanto da opinião pública para o universo das togas suscitou reflexões a respeito da crise de credibilidade vivida pelo Judiciário.

Denúncia de venda de sentenças, nepotismo, utilização do cargo em descompasso com princípios republicanos, guerra de bastidores entre promotores, juizes e advogados e até bate boca entre desembargadores em plena sessão do TJ, deixaram a Justiça Maranhense um pouco mais exposta e isto é bom do ponto de vista da democracia, por que ao tomar ciência das mazelas de uma instituição é que a sociedade pode exigir corre-

ções e mudanças de comportamento.

Infelizmente, algumas pessoas que militam no poder judiciário carregam uma arrogância, manifestada ainda nos tempos de faculdade e em vez de conscientizar-se de que são apenas agentes a serviço da Justiça, e acabam equivocadamente achando-se acima dos outros "cidadãos" só por que frequentemente tem o ego "amaciado" com os tratamentos de "doutor" e "doutora". Claro que tal postura não é generalizada nem as pisadas de bolas dentro do judiciário são algo restrito a esta esfera da sociedade brasileira. Na imprensa, também, os desvios éticos acontecem bem como em outras áreas de atuação. Mas no judiciário, isto até algum tempo era tido como tabu. Ainda bem que apesar de manifestar-se de maneira lenta, gradual e contraditória, a democracia consolida-se no país e saber o que se passa no outro lado da Justiça é imprescindível para o aperfeiçoamento desta instituição. Afinal, não é recomendável "entortar" o direito e quando isto ocorre nada mais justo que detectar como e por que isto foi feito.

## **Rubens Pereira Jr destaca candidatura de Gervásio Santos a presidência da AMB**

O deputado estadual Rubens Pereira Júnior (PCdoB) destacou, ontem, em discurso na Assembleia Legislativa a candidatura do juiz maranhense Gervásio Protásio dos Santos Júnior à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Segundo o parlamentar do PCdoB, Gervásio Santos Júnior é um dos nossos bons juízes que incorporam o sentimento de vanguarda e de luta que pontua no seio da magistratura maranhense e brasileira. “Tenho absoluta certeza de que a sua candidatura na AMB é fruto de um projeto plural e coletivo que representa os anseios de toda a magistratura brasileira”, disse Rubens Júnior. O magistrado está licenciado da presidência da Associação de Magistrados do Maranhão (AMMA).

Rubens Pereira Júnior afirmou ainda que os dois mandatos de Gervásio Júnior frente à AMMA asseguraram a ele uma significativa atuação no movimento associativo nacional e institucional da magistratura. “Gervásio tem liderança, fundada na experiência, nas suas qualidades intelectuais e de administrador competente e comprometido com a democracia participativa. Tenho a absoluta certeza que são qualidades que o credenciam para o desafio de presidir a AMB”, assegurou o parlamentar.

Segundo Rubens Pereira Júnior a linha de atuação de uma gestão de Gervásio Santos na AMB será pautada na democracia interna e na conquista de espaços, para que a voz da magistratura seja ouvida e respeitada. “Ele fará uma gestão de compromisso inarredável em defesa da independência do Poder Judiciário e a valorização de todos os magistrados, indistintamente. Torço para que Gervásio Júnior vença as eleições da AMB para ajudar a consolidar uma *magistratura forte, independente, democrática e vitoriosa*”, concluiu Rubens Júnior.

## **ABRAÇO DO DIA**

O nosso abraço desta terça-feira vai para a juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, Sônia Amaral, que foi convidada para proferir palestra sobre violência doméstica no "Legal Forum", evento sobre a justiça realizado pelo Banco Mundial. A apresentação acontecerá no dia 11 de novembro, na sede do Banco, em Washington, capital dos Estados Unidos. No evento, a juíza proferirá palestra sobre a experiência brasileira da Lei Maria da Penha. Ao falar sobre a violência doméstica, Sônia Amaral vai abordar como era, como está e quais os avanços no cenário brasileiro no tocante ao combate a esse tipo de violência.

## **Corregedoria e OAB discutem pagamento de custas via Internet**

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, recebeu na última sexta-feira, 22, em seu gabinete, parte da diretoria da seccional da OAB/MA, sob a liderança do presidente Mário Macieira, para discutir proposição da Orde, quanto à revogação de uma circular enviada pela CCJ, através do Fundo Especial de Reparcelamento do Judiciário (FERJ), aos secretários judiciais, para que não recebam pagamento de custas judiciais via Internet.

De acordo com a OAB, a medida adotada pela Corregedoria estaria provocando transtornos aos advogados e as partes, uma vez que eles teriam que comparecer a agências bancárias para autenticação de boletos de custas de preparo e das custas iniciais, submetendo-se a enormes filas.

Argumentaram ainda os dirigentes da OAB que os advogados, quando fazem pagamentos pela Internet, nos boletos emitidos via site do TJ, ou obtidos na Contadoria do Fórum, não estão conseguindo protocolar suas petições iniciais e seus recursos, já

que não estariam sendo recebidos pelo Cartório de Distribuição.

Em resposta, o desembargador Guerreiro Júnior e a diretora do FERJ, Celerita Dinorah Soares de Carvalho destacaram que a Circular da CCJ refere-se apenas aos pagamentos efetuados pela Internet, não recusando pagamento feito pelos caixas de auto-atendimento, bancos postais ou casas lotéricas.

De acordo com Guerreiro Júnior, a medida foi originada em decorrência da haver sido detectado um elevado índice de pagamento fraudulentos via Internet. "Nosso objetivo foi o de acabar com o desvio de recursos por essa modalidade, mas a Assessoria de Informática já está atarefada para estabelecer a implantação de uma ferramenta inovadora, a ser instalada no site do TJ, que irá equacionar esse problema de uma vez por todas", salientou.

Além do presidente Mário Macieira, estiveram com o desembargador Guerreiro Júnior, a vice-presidente da Ordem, Valéria Lauande, o tesoureiro Valdênio Nogueira, Rodrigo Maia, diretor da Comissão de Exame e Carlos Couto, secretário-geral.

## *Júri condena acusado de homicídio em Ribamar*

Júri promovido pela 1ª vara de São José de Ribamar, na última sexta-feira, 22, no Salão de Júris da comarca e presidido pelo titular da vara, juiz Márcio Castro Brandão, condenou a dezenove anos e seis meses de reclusão Renato Santos Leite, paulista, 27 anos, vigilante, pelo homicídio de Wenderson Castro de Maria, 23 anos, pedreiro.

O crime ocorreu no dia 18 de setembro de 2009, no povoado Jaguarema, no município, quando o réu dilacerou a vítima com vários golpes de facão no corpo inteiro, causando-lhe a morte.

De acordo com o processo, o motivo teria sido uma discussão travada entre Renato e Wender-

son decorrente do fato desse último ter abaixado a roupa para a esposa do réu. Os jurados reconheceram o emprego de meio cruel no crime.

**Apelação** – O Defensor Público, Cícero Sampaio de Lacerda alegou as causas de diminuição de homicídio decorrente de violenta emoção, após injusta provocação da vítima ou por motivo de relevante valor social apelou da decisão, questionando a dosimetria da pena. Não foi permitida a apelação em liberdade pela presença dos motivos que autorizaram a prisão preventiva. Atuou pela acusação o Promotor Samaroni de Sousa Maia.